

Senado aprova acordo da desoneração

Projeto, que voltou para a Câmara, prorroga benefício tributário sobre a folha, mas com retomada gradual de imposto a partir de 2025

DE BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem projeto que prorroga a desoneração da folha de salários de 17 setores da economia que mais empregam e de prefeituras de pequenas e médias cidades.

O relator Jaques Wagner (PT-BA) retirou do texto o aumento da cobrança do Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP), que incide na distribuição de lucro a acionistas de empresas.

A proposta anterior ampliava a alíquota dos atuais 15% para 20%. Mas o senador incluiu regra para facilitar o corte de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com suspeita de irregularidade. O texto ainda será avaliado pela Câmara.

A votação foi simbólica, quando o voto dos congressistas não é computado. A negociação em torno da proposta levou mais de três meses e causou desgaste ao Planalto, até o texto final ser formulado em acordo entre o governo, empresas, prefeitos e parlamentares.

A desoneração foi instituída em 2011 para setores intensivos em mão de obra.



Sede do INSS em Brasília: regra aprovada facilita cortar benefício da Previdência Social com irregularidade

Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de trabalhadores. A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Ela resulta em redução da carga tributária da contri-

buição previdenciária devida pelas empresas.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a votação foi "um avanço". Ele minimizou o fato do relator ter retirado a previsão de aumento da alíquota de imposto, que seria usada para reforçar as fontes de receita que vão compen-

sar a desoneração. "Vamos trabalhar diligentemente para o melhor resultado possível com as propostas do Senado", disse ele. "Ao final do processo, verificado o resultado, (se) há necessidade de uma compensação adicional, nós vamos levar à consideração do Supremo Tribunal Federal e

PREVIDÊNCIA SOCIAL

O texto aprovado também prevê um endurecimento nas regras de adesão e atualização de cadastros do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do seguro-defeso (auxílio pago a pescadores artesanais durante o período em que ficam proibidos de exercer a pesca). Ambos os programas são alvo de pente-fino do Governo Federal para aliviar em R\$ 25,9 bilhões a peça orçamentária de 2025. Na versão aprovada do parecer, o senador Jaques Wagner também endureceu as normas para revisão de benefícios sociais por parte do INSS, permitindo um bloqueio cautelar dos recursos em caso de fraude se não houver ciência do beneficiário em até 30 dias após notificação do órgão.

do presidente (do Senado) Rodrigo Pacheco".

COMPENSAÇÃO

O aumento de imposto sobre o JCP exigiria um período de noventa e só valeria a partir do próximo ano. Por isso, era encarada pelo governo como "garantia", mas foi criticada pela oposição, o que levou ao recuo.

O relator incluiu em seu texto vários capítulos com medidas de compensação para repor a perda de R\$ 25 bilhões aos cofres da União neste ano, entre elas: atualização de bens no Imposto de Renda; repatriação de ativos mantidos no exterior; renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras; pente-fino no INSS e pro-

gramas sociais; uso de depósitos judiciais esquecidos; uso de recursos esquecidos; e o programa de cadastro dos benefícios fiscais concedidos pelo governo.

Segundo o relator, as medidas devem gerar entre R\$ 25 bilhões e R\$ 26 bilhões e resolvem, especificamente, o buraco fiscal nas contas deste ano, já que muitas dessas propostas são limitadas e não trarão efeitos nos exercícios seguintes.

Em relação ao Orçamento de 2025, Jaques disse que o assunto deverá ser discutido no Projeto de Lei Orçamentária Anual, que deve ser enviado ao Congresso na sexta-feira. (Estadão Conteúdo)